



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,  
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social**

## **CULTURA E RACISMO: A IMPORTÂNCIA DO DEBATE PARA A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA**

**RAFAELA DE SOUZA RIBEIRO<sup>1</sup>**

**ARTHUR BESERRA MORAES<sup>2</sup>**

**GISELE PAULA DE OLIVEIRA ALMEIDA<sup>3</sup>**

**MARÊ SOUZA DE OLIVEIRA<sup>4</sup>**

### **RESUMO**

O objetivo do presente artigo é pensar a cultura a partir da noção de filosofia da práxis de Antonio Gramsci, ressaltando a importância da compreensão dessa categoria para o debate da formação social e do racismo no Brasil. Dessa forma, partimos da compreensão da cultura desatrelada da ideologia e hegemonia do grande capital e como uma importante mediação para pensar os processos históricos de transformação da sociedade.

**Palavras-chave:** cultura, nacional-popular, racismo, formação social.

### **ABSTRACT**

The objective of this article is to think about culture based on Antonio Gramsci's notion of philosophy of praxis, highlighting the importance of understanding this category for the debate on social formation and

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

<sup>3</sup> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

<sup>4</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro

racism in Brazil. In this way, we start from the understanding of culture detached from the ideology and hegemony of big capital and as an important mediation to think about the historical processes of transformation of society.

**Keywords:** culture, national-popular, racism, social-formation

## INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é pensar a cultura a partir da noção de filosofia da práxis de Antonio Gramsci, ressaltando a importância da compreensão dessa categoria para o debate da formação social e do racismo no Brasil. Dessa forma, partimos da compreensão da cultura desatrelada da ideologia e hegemonia do grande capital e como uma importante mediação para pensar os processos históricos de transformação da sociedade.

A proposta metodológica está assentada no debate teórico da categoria cultura como modo de vida, onde consideramos de suma importância destacar conceitos como o de *nacional-popular* (Gramsci, 1978) e racismo (Fanon, 2021; Almeida, 2018) a fim de pensar os impactos para a organização da cultura no Brasil (Coutinho, 2011). A ideia de conjugar a leitura dos 3 teóricos sobre a temática é resultado parcial da pesquisa<sup>5</sup> desenvolvida na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). No momento atual estamos nos reunindo em formato de grupo de estudos para leitura e aprofundamento da temática: Cultura e racismo na formação social brasileira, onde, além de alguns clássicos do pensamento social brasileiro, outros autores ganharam destaque como: Frantz Fanon, Silvio Almeida, Lélia Gonzales e Carolina Maria de Jesus.

Nos Cadernos do cárcere, Gramsci desenvolve a categoria do nacionalpopular tendo sempre presente às condições do desenvolvimento histórico italiano, representando a articulação de um processo de contra-hegemonia a hegemonia burguesa. No caso italiano é, na prática, uma oposição ao nacionalismo fascista, à sua forma de apropriação do passado histórico nacional que, segundo Gramsci, deve ser recuperado numa perspectiva popular, o que certamente implicaria numa nova ordem de entendimento dos problemas nacionais (Alencar, 2017).

---

<sup>5</sup> A pesquisa é desenvolvida na Escola de Serviço Social da Unirio desde 2018, e tem como temática: "Cultura e Serviço Social: desafios para uma nova práxis".

Para o serviço Social, o debate de cultura e formação social brasileira é de fundamental importância na medida em que conjuga temáticas relevantes para pensar os rumos da profissão inserida na dinâmica do capitalismo em seu estágio atual e a construção de propostas de intervenção contra hegemônicas que coadunem com o modo de vida das classes subalternas.

## A IDEIA DE CULTURA E O CONCEITO DE NACIONAL POPULAR

“Por aí se vê que o barato é domesticar mesmo. E se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem. (Como é que pode?) Seguindo por aí, a gente também pode apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel (Gonzales, 1984)”.

Ao pensar na cultura de determinado país, torna-se necessário considerar concretamente a formação social, histórica e política daquele território. Em relação à realidade brasileira, vale ressaltar as dinâmicas nacionais específicas que constituíram seu desenvolvimento. A epígrafe supracitada foi retirada de um texto de Lélia Gonzales, onde a mesma destaca o racismo como forte traço da cultura brasileira, caracterizando-o como uma espécie de “neurose cultural brasileira”. Nesse caso, especificamente, atentando-se para a leitura da mulher negra na cultura brasileira.

Aqui pelos tópicos, especialmente no Brasil, a colonização e a formação do Estado nacional<sup>6</sup> sob esses moldes, nos delegou traços bastante específicos no que se refere ao desenvolvimento de uma identidade própria, nacional-popular. A cultura brasileira comumente veiculada foi forjada numa espécie de mistura de “temperos diversos”, cujo sabor foi sempre palatável e aceito como natural entre os que sempre escreveram nossa história. Daí a ideia de cordialidade, miscigenação, democracia racial, dentre outras características e teorias que justificam a nossa formação cultural.

A partir da concretização do modo de produção capitalista em campo global, países imperialistas internacionais financiaram colonizações e processos de industrialização em países

---

<sup>6</sup> Importante destacar, de acordo com Fernandes (1981) que a compreensão da estrutura e da dinâmica da sociedade e da economia brasileiras não seria possível sem inseri-las na economia mundial, entendida como uma totalidade hierarquizada e caracterizada pelo desenvolvimento desigual e combinado de suas partes. Para o autor, a sociedade colonial seria uma sociedade estamental escravista. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil teria como base essa sociedade escravista, que teria condicionando sua dinâmica e suas estruturas sociais, políticas e econômicas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

periféricos, os impondo, assim, uma formação de sociedade particular e relativamente autônoma. Não somente no âmbito social, como também no econômico, esses países vão se tornando cada vez mais dependentes de países centrais para uma entrada progressiva no sistema de acumulação e circulação de capital. Diante disso, cria-se uma universal interdependência entre as nações, tanto em relação à produção material quanto à produção intelectual, na esfera cultural.

Nossa estrutura social, com a abolição, com os primeiros indícios da “via prussiana” no campo, começa a se tornar mais próxima da estrutura de uma sociedade capitalista, ainda que continue atrasada e fortemente marcada por restos pré-capitalistas; novas classes e camadas sociais se apresentam no cenário político do País.

Antes de mais nada, começa a surgir uma classe operária formada ainda essencialmente por semiartesãos; os primeiros esboços de industrialização, a grande imigração de finais do século passado, criam um bloco social contestatário, que põe em discussão de modo organizado (o que talvez ocorra no Brasil pela primeira vez) o modelo “prussiano”, elitista e marginalizador de dominação política, econômica e social até então dominante. (Coutinho, 2011, p.24)

Esse contexto foi característico até a republicanização do Brasil, onde com a laicização do Estado a situação do controle através do consenso foi dinamizado e não era apenas imposto pela igreja, tornando-se também tarefa da sociedade civil, e de seus dos aparelhos privados de hegemonia, como jornais, revistas, livros e rádios, etc. Tais aparatos de dominação no terreno clássico de expansão capitalista, têm por responsabilidade a criação de uma determinada cultura própria ao modelo exploração e dominação vigente.

É o ‘folclore’ da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inúmeras formas, seu traço fundamental e característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, adequada à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia” (Coutinho, 2011, p.148).

É interessante destacar nesse contexto que traços culturais europeus foram sendo valorizados historicamente na formação social brasileira, seja nos âmbitos ideológico, político, artístico ou estético. A penetração dos saberes e ideais europeus foram tornando-se uma espécie de cultura universal, cultura hegemônica, explicitando uma subordinação menos formal e cada dia mais concreta e real do Brasil em relação a outros países. Inicialmente à Europa, desde a colonização, e em seguida por marcas do imperialismo Estadunidense. É a partir dessa lógica que, no senso comum, identificamos a expressão de “síndrome do vira-lata” para se referir ao



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

contexto cultural brasileiro. Isso porque, como destaca Coutinho (2011) não existia aqui uma cultura nacional realmente potente, solidificada e significativa que pudesse opor-se à “cultura universal” que estava sendo implantada desde a colonização.

Diante do genocídio indígena e apagamento de seus diversos conhecimentos, ideologias e crenças; não havia no território brasileiro da época uma cultura autêntica que pudesse aparecer enquanto nacional e combatesse a imposição da cultura internacional no país. Sendo assim,

a história da cultura brasileira, portanto, pode ser esquematicamente definida como sendo a história dessa assimilação -mecânica ou crítica, passiva ou transformadora - da cultura universal (que é certamente uma cultura altamente diferenciada) pelas várias classes e camadas sociais brasileiras. Em suma: quando o pensamento brasileiro “importa” uma ideologia universal, isso é prova de que determinada classe ou camada social de nosso país encontrou (ou julgou encontrar) nessa ideologia a expressão de seus próprios interesses brasileiros de classe. (COUTINHO, 2011, p. 41).

Dessa forma, percebe-se o vínculo estrutural da cultura brasileira com a cultura universal. Essa problemática pode ser entendida através do processo de modernização econômico-social do Brasil que seguiu uma “via prussiana”, ou como determina Gramsci (1999), uma “revolução passiva”. Com isso, revela-se que as transformações sociais e políticas na história nacional não são resultado de autênticas revoluções, de movimentações revolucionárias das classes subalternas e populares, provenientes “de baixo para cima”. Pelo contrário, as camadas sociais estavam sempre marginalizadas das decisões e as conciliações vinham “pelo alto”, através de acordos, consensos e estratégias das classes dominantes. No entanto, apesar da formação brasileira estar limitada a essas questões, isso não quer dizer que não houve historicamente grupos que colocavam-se contrários e em oposição a essas relações. Não quer dizer que essa relação de subordinação econômica tenha marcado exclusivamente a formação de uma identidade alienada à totalidade dessa cultura.

A história da cultura brasileira, portanto, pode ser esquematicamente definida como sendo a história dessa assimilação – mecânica ou crítica, passiva ou transformadora- da cultura universal pelas várias classes e camadas sociais brasileiras. A presença de classes antagônicas também dá o tom, aos aspectos presentes na cultura hegemônica, ora apresentando seus traços originais, ora incorporando outros novos ao que será o resultado desse modo de ser.

Isso quer dizer que essa cultura universal que é assimilada internamente no Brasil e transformada em nacional-hegemônica, além da importação de expressões ideológicas (política),

econômicas (como o próprio modelo econômico- o escravismo e o liberalismo), também incorpora hábitos e costumes que conformam um determinado modo de vida. Coutinho (2011), destaca a partir de uma leitura gramsciana, que

a debilidade da sociedade civil é responsável pela minimização de um dos papéis essenciais da cultura, precisamente o de expressar a consciência social das classes em choque e de organizar a hegemonia ideológica de uma classe ou de um bloco de classes sobre o conjunto de seus aliados reais ou potenciais (Coutinho, 2011, p.47).

É nesta mesma direção, pensando os impactos da formação social brasileira, que Fanon (2021) em seu texto “racismo e cultura”, nos lembra dos impactos da colonização para a propagação e imposição de um discurso unilateral onde o padrão universal, é o homem europeu. Esse padrão foi responsável por difundir a existência de uma hierarquia cultural, onde se nega, anula, destrói, o que não corresponde ao sistema cultural europeu, inclusive, surge daí a necessidade de se conceituar “raça”.

Almeida (2018) destaca que há controvérsia sobre a etimologia do termo raça, no entanto seu significado sempre esteve de alguma forma ligado para se estabelecer classificações, primeiro, entre plantas e animais e, mais tarde, entre seres humanos”. Segundo o autor, a classificação de seres humanos serviria, mais do que para conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a destruição de povos nas Américas, da África, da Ásia e da Oceania.

O discurso utilizado para justificar a barbárie da escravização de pessoas foi estabelecida por uma hierarquia racial, que dizia que os africanos não eram civilizados. Este discurso que se solidificou a partir da violência, da exploração econômica e de uma ideologia dominante, que estruturou a sociedade a partir de desigualdades, pautados pelo conceito de raça.

Fanon (2021) aponta que a doutrina da hierarquia cultural foi empreendida a partir da violência, da escravização e exploração econômica, e o racismo ainda é motivo das desigualdades sociais. De acordo com o autor, o racismo individual que se evidencia nas relações sociais, determinado por características genotípicas e fenotípicas, que é inicialmente determinado pela ciência, não deixa de existir, contudo, o racismo vai compor uma estrutura muito mais ampla e passa de um racismo individual (resultante dessas características, como falta de intelectualidade, primitivismo, genotípico e fenotípico), para um racismo que é cultural. Assim

o objeto do racismo não é o homem particular, mas uma certa forma de existir. E, de acordo concordamos com o autor, quando afirma que “temos que procurar, ao nível da cultura, as consequências desse racismo” (Fanon, 2021, p.9).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A ideologia do racismo<sup>7</sup> no Brasil aparece como estrutural à própria criação do país como nação, resultado de um conjunto de práticas e ideias incorporadas por diferentes camadas sociais e que impacta a formação do modo de vida e da cultura destas historicamente. Desse modo, o racismo é um fenômeno conjuntural, que vai estruturar a sociedade no âmbito da economia, da política e da subjetividade. Não devendo, portanto, ser entendido como uma patologia social ou anormalidade (Almeida, 2018).

O acesso a alguns aparelhos privados de hegemonia<sup>8</sup>, especialmente na área da cultura e da comunicação, incluindo hoje a grande mídia e meios de comunicação digital, como a internet, impacta fortemente o cotidiano e o modo de vida das classes para a formação de uma consciência de classe e de uma identidade nacional-popular. Em se tratando das classes subalternas, sabemos que entre a dinâmica de assimilar e resistir ao processo de aculturação, muito de sua história ficou subsumido ao que as classes hegemônicas produziram enquanto cultura hegemônica. No entanto, muito também foi produzido, mas nem sempre ganhou a devida notoriedade e importância, ocupando o lugar apenas de folclore e ou cultura popular<sup>9</sup>.

No entanto, é importante ressaltar, que há um movimento cultural efetivamente existente na história brasileira que possui grande potencial enquanto uma alternativa à cultura elitista e ornamental que se constituiu tendencialmente hegemônica ao longo da vida cultural nacional. Concordamos com Coutinho (2011) que assim como na Itália, conforme os escritos de Gramsci, no Brasil a ideia de nacional-popular aparece de forma objetiva como oposição democrática, no plano da cultura, às diversas configurações assumidas pela ideologia do “prussianismo”. Tal movimento quebra concretamente o distanciamento entre os intelectuais e o povo, entre as obras dos intelectuais e artistas brasileiros que não estão integrados com a luta, demandas e realidades da classe trabalhadora.

---

<sup>7</sup> De acordo com Fanon (2021) o racismo nunca é um elemento acrescentado descoberto ao sabor de uma investigação no seio dos dados culturais de um grupo. A constelação social, o conjunto cultural, são profundamente remodelados pela existência do racismo (Fanon, 2021, p.16).

<sup>8</sup> Coutinho (2011) nos lembra que “o escasso peso dos aparelhos privados de hegemonia e dos partidos políticos de massa na formação social brasileira- em que o Estado era tudo [e] a sociedade civil era primitiva e gelatinosa- condenou os intelectuais que se recusavam à cooptação pelo sistema dominante à marginalização no plano cultural e, para nos expressarmos com certa vulgaridade, a seríssimos problemas no plano da subsistência econômica. E isso para não falar a repressão política direta contra os intelectuais que tentaram se ligar às camadas populares (ou que são por elas produzidos), repressão que não foi um fenômeno marginal na história das relações entre os intelectuais e o Estado no Brasil (Coutinho, 2011, p.48).

<sup>9</sup> A cultura popular materializa-se através de elementos desordenados, dispersos, confusos até o momento em que a classe subalterna tenha consciência de seu papel histórico (Alencar, 2017, p.187).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

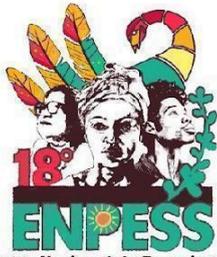
Esse é um modo de verdadeira e orgânica articulação entre o povo e seus tão distantes e aparentemente inalcançáveis intelectuais. Uma das características fundamentais do nacional-popular é a capacidade de distinguir entre o que é válido de incorporar do patrimônio cultural universal e o que não é válido. O que de fato condiz com a realidade específica do Brasil, trazendo possibilidades de transformação e ampliação de direitos; ou o que seria uma “ideia fora do lugar” e somente traria prejuízos e retrocessos à socialização. A capacidade de distinção entre os elementos da cultura universal que serve efetivamente para aumentar o nível de autoconsciência da população ou a armadilha de posições reacionárias, é um aspecto de extrema contribuição para a possibilidade concreta de emancipação humana.

Além disso, a consciência artística deste movimento manifesta-se não na temática, mas sim no ângulo da abordagem e ponto de vista que o criador estrutura sua determinada obra. Está essencialmente relacionado enquanto uma unidade dentro da ampla e profunda diversidade existente.

E esse vínculo com a concreticidade nacional-popular não entra de modo algum em contradição com o caráter universalizante de toda grande criação artística. Ao contrário de uma objetivação de ciência natural, cuja validade imanente nada tem a ver com as condições históricas ou nacionais que tomaram possível seu surgimento, todo produto estético incorpora os seus pressupostos - a sua gênese histórico-nacional - como momento ineliminável de sua estrutura especificamente artística. Assim, quanto mais um artista se vincular à totalidade das contradições do seu povo e de sua nação, quanto mais se tomar (como diria Machado) “homem de seu tempo e de seu país”, tanto mais lhe será possível elevar-se àquele nível de particularidade - de universalidade concreta - sem a qual não existe grande arte. (Coutinho, 2012, 58).

Diante disso, percebe-se a importância concreta para a cultura nacional da figura de intelectuais orgânicos, ou seja, intelectuais que realmente possuam um compromisso com a sociedade, com a sua classe, com o seu tempo e com o desejo e possibilidade de emancipação humana. Proporcionando, assim, uma real organização da luta social e política em coletivo. Outrossim, vale desmistificar a ideia de exclusividade no conceito de intelectuais orgânicos. Não somente artistas ou teóricos podem participar desse ideal, como também professores, pesquisadores, os próprios assistentes sociais, e qualquer outro profissional que disponibilize-se com o comprometimento em investigar e relatar a realidade em suas obras ou pesquisas. E mais que isso, que estejam comprometidos a denunciar todas as formas de opressão, atuando com o compromisso de transformação dessa ordem societária e realmente alinhados com a luta e demandas da classe trabalhadora.

É Gramsci mesmo que chama atenção para o papel dos intelectuais, quando destaca sua função social na reforma intelectual e moral. Os intelectuais assumem uma função destacada na



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

constituição histórica das classes sociais, tendo um importante papel na hegemonia dos grupos sociais. Têm a função de dar organicidade e coerência à concepção de mundo dispersa e fragmentada das classes subordinadas. Nesse sentido, a transformação da realidade através da cultura, passa também pela possibilidade de forjar novos atores organicamente vinculados às classes subalternas que possam comunicar através de suas atuações políticas e sociais também uma nova cultura, uma outra forma de sociedade. Assim como nos ensina Lélia Gozales, Fanon, Carolina Maria de Jesus e tantas outras figuras importantes para a identidade nacional-popular da classe trabalhadora.

## CONCLUSÃO

A ideia de cultura a partir de uma compreensão crítico-dialética, pode ser numa perspectiva mais ampliada, tanto como importante ferramenta de transformação social como também, campo de mediação para tal transformação. racismo opera pela lógica da desumanização, fazendo com que a pessoa negra, queira se adequar, se enquadrar aos padrões estéticos, sociais e culturais impostos pelo modelo eurocêntrico.

A sociedade brasileira avançou na legislação que combate o racismo e todas as formas de discriminação, contudo, é necessária mudança de mentalidade com investimento em educação antirracista, promover igualdade de oportunidade através da superação dessa estrutura social racista, que passa pela superação do capitalismo, que é o sistema alimentador do racismo.

Para Gramsci (1999), a cultura expressa o grau de maturidade de uma determinada nação, expressa seu grau de progresso. Tem qualidade potencial para expressar o comportamento de um grupo, classe, sua história, seu modo de entender e atuar na realidade. No entanto é preciso atuar diretamente na forma de comunicar essa cultura, na medida em que é de suma importância, interpretar desde os aspectos mais simples e diretamente expressos no cotidiano até os mais complexos, já modificados por determinada ideologia. Estaria aí expresso a vontade coletiva nacional-popular. A construção de uma nova cultura, de uma nova ordem sob hegemonia das classes subalternas.

E, para que as classes sociais subalternas exerçam sua hegemonia, há a necessidade da reforma intelectual e moral, para a instauração de novas relações entre os intelectuais e o povo, propiciando a elaboração de uma nova concepção de mundo que, partindo de elementos desagregados do senso comum, proceda à crítica desses elementos, elevando-os ao que Gramsci denomina de “bom senso”, tornando-os, enfim, uma ordem

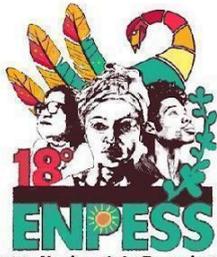
intelectual unificada com o que existe de mais progressista na cultura mundial (Alencar, 2017, p.188).

Mussi (2017) destaca que para Gramsci, a história da cultura, deveria levar em conta, dessa forma, a ideia de uma "gramática histórica", "que não poderia não ser comparada". Uma história que levasse em conta, portanto, o "fato linguístico" e extrapolasse seus limites em relação à língua "cult"; que considerasse, ainda, o ponto de vista "mundial" no qual as histórias nacionais, "particulares", são apenas enquadramentos.

O mundo da cultura é esfera da práxis, é dimensão social que compõe a sociedade e abarca a produção e reprodução da vida. Nesse sentido, para o Serviço Social essa esfera merece ser destacada e apropriada teoricamente a fim de compreender a experiência humana como totalidade, além dos próprios projetos societários em disputa, nos interstícios da ordem social burguesa e seu fôlego para constituir outro bloco histórico. Dessa forma, segue como um desafio para a categoria profissional, para a afirmação do projeto ético e político profissional, pensar a cultura como modo de vida e visão de mundo (Ribeiro, 2020).

#### Referências Bibliográficas

- ALENCAR, Monica M. T. *Gramsci e a perspectiva nacional-popular no âmbito da Cultura*. O Social em Questão, vol. 20, núm. 39, 2017, Setembro-, pp. 185-210.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural*. Minas Gerais: Letramento, 2018.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. 4.ed: São Paulo :Expressão Popular, 2011.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos (1916-1935)*.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- FANON, Frantz Omar. *Racismo e cultura*. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2021.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- GONZALES, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere, volume 1: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1999.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

MUSSI, D, X,H. *Antonio Gramsci e a crítica da cultura: intelectuais, política e classes subalternas.*

Ensaio                    temático                    Antonio                    Gramsci. Rev.                    katálysis                    20

(1) • Jan-Apr 2017 • <https://doi.org/10.1590/1414-49802017.00100007>

RIBEIRO, Rafaela. *A dimensão da cultura no debate acadêmico de Serviço Social: um panorama dos veículos editoriais pós-movimento de reconceituação (1994-2014)*. 2020. 276 páginas. Tese de Doutorado em Serviço Social. UERJ. Rio de Janeiro.